

**CIÊNCIA POLÍTICA E RELIGIÃO, UM CASO DE
SUBESTIMAÇÃO? ANÁLISE COMPARATIVA DOS
CONTEÚDOS DAS REVISTAS DE CIÊNCIA POLÍTICA
EUROPEIAS ENTRE 2010-2015**

*POLITICAL SCIENCE AND RELIGION, A MATTER OF
UNDERESTIMATE? COMPARATIVE ANALYSIS OF THE EURO-
PEAN POLITICAL SCIENCE MEGANIZES BETWEEN 2010-2015*

Jorge Botelho Moniz*

RESUMO: É extenso o coro de autores que afirma que a ciência política europeia e norte-americana foi incuriosa por não ter dado devida atenção ao fenômeno religioso no estudo dos acontecimentos políticos que marcaram o mundo, em particular, desde a década de 1970. O nosso trabalho pretende testar a validade desta asserção, analisando, para o efeito, os conteúdos das revistas de ciência política de um grupo de países europeus criteriosamente selecionados. Foram escolhidos nove periódicos científicos de seis países diferentes e analisadas quase 700 publicações da disciplina. Para reforçar a matriz comparativa do estudo, foram consultados mais de 750 artigos de revistas de sociologia e ciências sociais e de relações internacionais. A sua classificação foi feita mediante a introdução de critérios de análise operativos que nos permitem distinguir três tipos de unidades codificadas: as primárias (religião surge destacada), secundárias (função acessória) e as não classificadas (não considerada). O nosso período de observação se situa entre 2010 e 2015 e aí se verifica que, apesar de os cientistas políticos ocidentais continuarem subestimando a relevância dos assuntos religiosos e/ou de as revistas da área oferecerem pouco espaço a estes temas, o cenário não é tão negativo quanto o estado da arte denuncia.

Palavras-chave: Ciência Política; Assuntos religiosos; Europa e América do Norte; Negligência; Revistas científicas.

* Doutorando em Ciência Política pela Universidade Nova de Lisboa (UNL) e pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil; Bolsista de doutorado da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), Lisboa, Portugal; e-mail: jobomoniz@gmail.com

ABSTRACT: *The chorus of authors, who considers that the European and North American political science had been negligent, for not paying attention to the religious phenomena in the study of the political events that influenced the world, in particular since the 1970s, is extensive. Our work aims at testing the validity of this assertion, analysing, for this purpose, the contents of political science journals within a group of selected European countries. We chose nine scientific journals, from six different countries, and we analysed nearly 700 publications of the discipline. To support our comparative matrix, we examined more than 750 papers of sociology and social sciences and international relations. Their classification was made through the introduction of operational criteria of analysis that allowed us to distinguish between three different types of coded units: primary (religion is predominant), secondary (auxiliary function) and unclassified (not took into account). The period of study is between 2010 and 2015 and we found that, though Western political scientists continue to overlook the relevance of religious affairs and/or its scientific journals offer little space to these subjects, the picture is not as negative as the state of the art stated.*

Keywords: *political science; religious affairs; Europe and North-America, negligence; scientific journals.*

1 INTRODUÇÃO

Um famigerado jargão da teoria da secularização afirma que o declínio do fenômeno religioso só se encontra em dois meios particulares: nos *campi* universitários e na Europa Ocidental (Berger, 1999; Hainz, 2014). Esta última é aliás muito visada pelos teóricos. Desde Casanova (2008, p. 101), a Gorski e Altinordu (2008, p. 56) que a ideia da Europa Ocidental como o “coração da secularização” se vem disseminando. Este preconceito(?) de *Europa como caso excepcional* é acicatado principalmente pelo contraste entre o continente e o cenário global de religiosidade (Davie, 2002; Berger, Davie e Fokas 2008).

Sobre as universidades, as opiniões não são mais favoráveis. Vários autores argumentam que por conta da síntese vestefaliana, do liberalismo, da industrialização, do positivismo ou do advento da sociologia que as ciências sociais ocidentais¹ se mantiveram distantes de um caminho favorável à análise dos assuntos religiosos (Smith, 2003; Wald e Wilcox, 2006; Jevic, 2007). Outros autores vão mais longe, afirmando que a ciência política, vem ignorando o estudo da religião, sugerindo que isso representa um viés antirreligioso que permeia, em particular, a disciplina (Rothman, Lichter e Nevitte, 2005; Wald e Wilcox, 2006; Philpott, 2009).

Se estas asserções forem corretas, então, a nossa proposta de investigação parece fadada ao insucesso. Contudo, neste trabalho se reuniram esforços para examinar a validade do argumento que diz que a ciência política, nomeadamente a europeia, ignorou o fenômeno religioso. Para este fim, analisa-se o conteúdo das revistas da disciplina dos países europeus selecionados e se comparam os nossos resultados com o estado da arte.

Com essa abordagem, julgamos ser possível responder a algumas das inquietações científicas que nos surgem no momento, por exemplo: a religião continua sendo um objeto de estudo desafiante? Se sim, por qual motivo as ciências sociais, mas em particular as

¹ O conceito de Ocidente ou de seus derivados, entendido enquanto civilização ou como mera delimitação geográfica, deve ser entendido à luz do trabalho de Huntington (1996, pp.157-162). Assim sendo, sempre que este artigo falar em traços genéricos da relação entre ciência política e assuntos religiosos, o mundo Ocidental, nomeadamente o norte-americano e o europeu, deve ser o contexto civilizacional ou acadêmico subentendido.

políticas, têm este *tabu*? Como saber se as proposições do estado da arte estão corretas? O exame do conteúdo das revistas de ciência política será uma estratégia de investigação válida cientificamente? Que tipo de resultados poderá produzir?

Para retorquir a tais questões se traçou um plano de trabalho dividido pelos seguintes capítulos: o estudo do *religioso* pela ciência política, onde se procura entender a dimensão da alegada incúria da disciplina, estudando o seu passado e o seu presente; depois, como etapa introdutória da nossa proposta de investigação, apresentamos a nossa estratégia metodológica; daí, passamos à análise dos dados recolhidos e às comparações com o estado da arte, para, enfim, se apresentarem as nossas conclusões.

Resta dizer que não temos qualquer tipo de pretensão de formulação de generalizações irrefutáveis acerca do fenômeno religioso. Cremos que esse foi um erro incorrido por aqueles que enveredaram pelo estudo dos assuntos religioso e que, para isso, usaram sobretudo a lente da secularização. Com a nossa proposta analítica, esperamos apenas dar resposta ao principal propósito do trabalho – lograr um diagnóstico atual e rigoroso sobre a relação da ciência política com o *religioso* num contexto regional específico.

2 CIÊNCIA POLÍTICA E RELIGIÃO: ORIGENS, NEGLIGÊNCIA E MUDANÇA DE PARADIGMA

Alguns autores tendem a coincidir na paz de Vestefália (1648) e na conseqüente formação dos Estados-Nação, e nas revoluções americana (1776) e francesa (1789) para justificar o desenvolvimento das ciências sociais, em geral, mas das políticas, em particular, enquanto disciplinas científicas autónomas (Jevtic, 2007, p. 59; Philpott, 2009, p. 187).

Segundo o seu argumento, estes acontecimentos ajudaram a romper, essencialmente, com a promiscuidade entre os poderes temporal e espiritual e a estabelecer uma diferenciação entre religião e política que tendeu a enfraquecer a primeira, porquanto se tornava cada vez mais subordinada ao Estado, relativamente ao que sucedera no *Antigo Regime*. Wald e Wilcox (2006, p. 525) vão ainda mais

longe, afirmando que as principais preocupações e temas da ciência política emergiram desses processos históricos de criação de um sistema progressivamente secular de Estados territorialmente soberanos. Ou seja, eles defendem a ideia de que a estrutura intelectual da disciplina teria estado, desde os inícios, baseada em pressupostos implícitos sobre a decrescente influência da religião na vida pública.

Estes eventos históricos teriam, assim, erodido consideravelmente a influência das igrejas na política e sociedade europeia e norte-americana, sobretudo, em matéria de educação (Philpott, 2009, p. 188). Uma das suas maiores consequências, para a ciência política, foi a fundação de instituições especializadas como a *Académie des sciences morales et politiques* de Paris em 1795².

Todavia, outros eventos foram relevantes, em especial o desenvolvimento do nacionalismo e da industrialização no século XIX (Hobsbawm, 1992) e a revolução bolchevique de 1917 (Shah, 2011). Além disso, outros eventos históricos contribuíram para aquilo que Smith (2003) apelidou de *revolução secular*. Por exemplo, a imposição da *laïcité* francesa, através da lei de separação Estado-Igreja de 1905; o desestabelecimento da Igreja católica em quase todos os Estados da América Latina até 1925; o surgimento dos partidos comunistas na China, Cuba, Vietnã ou Camboja e a imposição do secularismo; o fascismo na Alemanha nazi; os movimentos nacionalistas, de inspiração liberal, secular ou socialista, em Estados coloniais e não ocidentais – a Índia de Nehru, o nacionalismo de Chiang Kai-shek na China e outros movimentos dispersos por África; ou o surgimento de regimes nacionalistas seculares por todo o mundo árabe após a II Grande Guerra (Philpott, 2009, p. 186).

Face aos acontecimentos históricos, à resistência dos pressupostos vestefalianos, durante a maior parte do período pós II Grande Guerra (Wald e Wilcox, 2006, p. 523), e à continuidade da atitude secular similar aos ensinamentos dos filósofos franceses do século XVIII (Jevic, 2007, p. 60), a ciência política se manteve longe de uma trajetória propícia para a análise dos assuntos religiosos. Destinada ao desapa-

2 Enquanto escola analítica distinta, a ciência política é, portanto, uma disciplina bastante jovem. No entanto, a política enquanto tópico de investigação é tão velha quanto a nossa civilização – os trabalhos de Platão ou Aristóteles atestam isso.

recimento, por conta do avanço da industrialização, burocratização e racionalização (Norris e Inglehart, 2004, p. 3), a religião, vista pelos cientistas políticos através das lentes de Weber, Durkheim ou Marx, era uma relíquia pré-moderna e anacrônica, se não mesmo um epifenômeno (Wald e Wilcox, 2006, p. 525; Bellin, 2008, p. 317; Fox, 2008, p. 19).

Mas, serão os eventos históricos os únicos fatores que justificam o pouco interesse dos cientistas políticos pelo estudo do *religioso*? A literatura aponta outras direções. Por exemplo, Crick (1959) e Hurd (2007, p. 351) asseveram que a socialização dos cientistas políticos dentro dos princípios do liberalismo clássico e do *ethos* democrático, com a sua ênfase nos benefícios de uma estrita separação entre religião e política, pode ter desencorajado a sua investigação acadêmica. Wald e Wilcox (2006, p. 526) concluíram, numa série de inquéritos universitários, entre 1969 e 1984, que a maioria dos cientistas políticos tem pouco interesse ou envolvimento com a religião. Os autores sugerem que a falta de familiaridade com o tema³ pode, de igual modo, tê-los afastado da pesquisa sobre assuntos religiosos. Por fim, Rothman, Lichter e Nevitte (2005, pp. 5-6), afirmam que esta falta de atenção, dada ao tópico, reflete um viés antirreligioso que permeia a academia em geral, mas a ciência política em particular.

Será, então, a ciência política uma disciplina secular? Philippott (2002, p. 69; 2009, pp. 186-187) indica nesta direção. Contudo, interpreta-a, sobretudo, à luz de um conceito de secularização que considera permear mais os acadêmicos da área – o declínio da influência dos atores religiosos na política:

Dizer que a academia que estuda política global no campo da ciência política é secular significa essencialmente isto: as principais teorias deste campo assumem que os Estados, nações, organizações internacionais, partidos, classes (...) que prosseguem fins políticos (...), não perseguem fins religiosos e não são influenciados por atores religiosos. Tais teorias se sustentam a partir da premissa de que a religião desapareceu da política.

³ Os autores concluíram que 45% dos acadêmicos da disciplina declaravam que a sua religião era “nenhuma”. Porém, segundo eles, este não é um problema exclusivo da ciência política, mas uma tendência geral nas ciências sociais (Wald e Wilcox, 2006, 526).

Segundo Bellin (2008, p. 317), essa conjugação de fatores (históricos ou acadêmicos) ajudou os investigadores interessados nos fenômenos políticos a se afastar do estudo da religião. Em consonância com este argumento, Jevic (2007, p. 60) defende que o *religioso* apenas muito raramente foi usado como objeto de investigação política. Como consequência, os cientistas políticos teriam desenvolvido o hábito de explicar processos, partidos ou regimes políticos dentro de uma estrutura puramente materialista, negligenciando a influência da religião.

Se a agenda de investigação para a profissão foi majoritariamente dominada por acadêmicos não envolvidos ou indiferentes aos assuntos religiosos (Wald e Wilcox, 2006, p. 525; Kettel, 2012, pp. 2-3) e se esse *agenda-setting* se refletiu na não atribuição de programas abrangentes de bolsas de investigação aos trabalhos que abordam o *religioso* (Wald e Wilcox, 2006, p. 527), qual será então a dimensão da negligência? Isto é, dada a opinião, aparentemente disseminada, de que a religião não exerce influência sobre os fenômenos políticos, qual será a extensão da incuria face ao estudo do *religioso* nos trabalhos de ciência política?

Uma forma de aflorar este tópico é através da análise desenvolvida pelos estudos quantitativos de Philpott (2002), Wald e Wilcox (2006) e Kettel (2012).

O primeiro, apesar de ser um exame “altamente pouco científico”, segundo o próprio autor (Philpott, 2009, p. 184), é um estudo sobre a influência da religião nos inícios das relações internacionais, entre 1980 e 1999. Philpott (2002, p. 69) descobriu que, em quatro das principais revistas de política global – *International Organization*, *International Studies Quarterly*, *International Security* e *World Politics* –, apenas seis em 1.600 artigos (0,38%) tratam a religião como um elemento preponderante para a disciplina.

Num inquérito semelhante, acerca da principal revista mundial de ciência política – APSR - *American Political Science Review* –, Wald e Wilcox (2006) verificaram que, entre 1960 e 2002, apenas tinham sido publicados 25 artigos nos quais a religião era o foco intelectual central – média de um trabalho a cada três anos. To-

davia, desses manuscritos, apenas 20% se consubstanciavam como trabalhos de ciência política, visto que os restantes 80% eram de subcampos como o direito público ou a filosofia política. Ainda de acordo com os autores, em apenas três anos a revista interdisciplinar *Journal for the Scientific Study of Religion*, quando editada por um cientista político, publicou mais artigos sobre religião (vinte e oito) do que a APSR durante o período pós-1960 (Wald e Wilcox, 2006, p. 525). A hipótese de desatenção à religião na APSR, enquanto paradigma das ciências sociais, é ainda mais falaciosa se analisados os padrões de publicação em sociologia. Seguindo as conclusões de Wald e Wilcox, entre 1906 e 2002 tanto o *American Journal of Sociology* como o *American Sociological Review* publicaram quatro vezes mais o número de artigos com o *religioso* como título do que o seu homólogo da ciência política. Estes fatores, entre outros, são suficientes para os autores sugerirem que dentro da APSR alguém lutou contra a representação da religião nas páginas da revista porta-estandarte da disciplina (*ibid.*).

Mais recentemente, Kettel (2012) procedeu à análise de vinte das mais bem cotadas revistas de sociologia e ciência política, cobrindo um período de onze anos, começando nos inícios de 2000 até aos finais de 2010. Os resultados alcançados pelo autor sustentam o argumento de que a ciência política ignorou na generalidade o *religioso*. Para o autor, a principal descoberta do exame é essa: o volume de publicações de estudos políticos que envolvem a religião é relativamente pequeno. A proporção detectada de itens primários e secundários (aqueles que apresentam um contato mais direto com os fenômenos religiosos) se situa entre 1,34% e 2,54%. Além disso, Kettel (2012, pp. 10-12) descobriu que as publicações de ciência política, envolvendo religião, se focam numa pequena variedade de assuntos. Os temas mais recorrentes são a violência, política norte-americana e Islão e a subárea disciplinar mais prolífera é o comportamento político. Comparativamente à sociologia, a ciência social mais profícua em matéria de estudos de religião, o autor afirma que a ciência política não se encontra bem. De acordo com as suas descobertas, o número médio de artigos de itens primários publicados pelas mais

proeminentes revistas de sociologia (3,5%) lhe é duas vezes e meia superior, enquanto o número médio de itens primários e secundários combinados é quase duas vezes mais alto (Kettel, 2012, pp. 13-16).

Não obstante, essas provas testemunham uma desatenção da disciplina face ao fenômeno religioso, tal como nos explica Fox (2013, p. 29), isso não significa que os cientistas políticos não tenham desenvolvido estudos sobre o *religioso*. Pelo contrário, os trabalhos de religião e política sempre estiveram presentes, mas, até recentemente, não se conseguiam encontrar dentro do *mainstream* da ciência política (*ibid.*, pp. 29-30).

Vários autores apontam que a disciplina, nas últimas décadas, tem vivido uma mudança de paradigma. De acordo com Fox (2008, p. 31) e Philpott (2009, p. 184), nos últimos trinta a trinta e cinco anos, houve mudanças consideráveis na academia das ciências sociais sobre o tema da religião. Normalmente ela coloca o acento tônico nos fenômenos da *ressurgência* internacional da religião, entre as décadas de 1970-1980 (Huntington, 1996; Kepele, 1991). Segundo os autores, desde então que, nomeadamente com a ascensão do papel político do Islão, os cientistas políticos têm incluído o *religioso* progressivamente nas suas discussões. Até Wald e Wilcox (2006, pp. 527-528) dizem que, a partir dessa época, a APSR refletiu o interesse geral sobre os fenômenos religiosos na esfera política, exaltando o estabelecimento formal da secção *Religião e Política* dentro da revista. Para estes investigadores, a pesquisa também progrediu graças ao nascimento e desenvolvimento de inquéritos especializados, mas não só, em religião e política, entre as décadas citadas. Falamos, principalmente, dos General Social Survey (1972), Eurobarómetro (1973), World Values Survey (1981) e, já na década de 1990, do importante Pew Research Center.

Essa mudança de paradigma teve um novo fôlego na década de 1990, segundo Philpott (2002, p. 70; 2009, p. 185) e Fox (2013, pp. 51 e 55), com os trabalhos do cientista político Samuel Huntington (1993; 1996) que despoletou um debate mundial sobre religião e política através da sua tese de que o novo conflito global, pós-Guerra Fria, tomaria a forma de um *choque de civilizações* religiosamente

definidas. A partir daí, nos diz Fox (2013, pp. 51-55), muitos começaram a considerar mais amplamente o *religioso* como uma influência séria em política. Isto se materializou através da redação de inúmeros trabalhos acadêmicos de ciência política e das suas áreas contíguas⁴. Também nesta década, assinala Jevtic (2007, pp. 62-63), se assistiu à emergência de instituições dedicadas à análise das relações entre religião e política, nomeadamente francesas como o *Observatoire géopolitique du religieux* (1991) ou o *Observatoire du Religieux* (1992) que viriam ajudar no aprofundamento e sistematização do seu quadro epistemológico.

O século XXI é, segundo o estado da arte, o momento no qual a religião atinge o âmago da corrente dominante da ciência política. Para Philpott (2009, p. 196), isso sucede em 2004 com o livro de Scott Thomas – *The Global Resurgence of Religion and the Transformation of International Relations* – na qual o autor analisa um *ressurgimento global* da religião que desafia não apenas as teorias da ciência política e relações internacionais, mas que também representa uma “ruptura muito mais forte com os pressupostos da secularização”. Outra obra que, segundo Philpott (*ibid.*), mostra o novo empenho da disciplina em considerar a religião nas suas observações dos fenômenos políticos é a já citada monografia de Fox (2008). Através da análise de mais de meia centena de variáveis empíricas, o autor procura entender o GIR - *Envolvimento do Governo na Religião*, chegando a inúmeras conclusões que desafiam a teoria da secularização, em especial a ideia de que a modernização económica está, na realidade, ligada a níveis mais elevados de GIR.

Por sua vez, Fox considera que a religião “atinge o mainstream da ciência política” (Fox, 2013, p. 29) três anos mais tarde, com a publicação de dois artigos na *APSR*. O primeiro é o já dissecado estudo de Wald e Wilcox (2006) e o segundo é o trabalho do próprio

⁴ Alguns exemplos são: Martin Marty e Scott Appleby, *Fundamentalisms Observed*, 1991; Mark Juergensmeyer, *The New Cold War? Religious Nationalism Confronts the Secular State*, 1993; Olivier Roy, *The Failure of Political Islam*, 1994; Terry Nardin, *The Ethics of War and Peace: Religious and Secular Perspectives*, 1996; Stathis Kalyvas, *The Rise of Christian Democracy in Europe*, 1996; John Esposito e John Voll, *Islam and Democracy*, 1996; Adrian Hastings, *The Construction of Nationhood: Ethnicity, Religion and Nationalism*, 1997; Jeffrey Haynes, *Religion in Global Politics*, 1998. Carolyn Warner, *Confessions of an Interest Group: the Catholic Church and Political Parties in Europe*, 2000.

Philpott “Explaining the Political ambivalence of Religion” de 2007. Já Kettel (2012, p. 2) dá a entender que este círculo se fecha quando surge a “extensa e substancial” monografia – *Routledge Handbook of Religion and Politics*, editada por Jeffrey Haynes em 2009.

Qualquer que tenha sido o marco (re)fundador do interesse da ciência política pelo *religioso*, os inícios do século XXI parecem ser o ponto de coincidência da literatura sobre a mudança de paradigma na disciplina. De acordo com Jevtic, o dealbar da centúria mostrou que a religião vai ganhando influência sobre a política. A agitação dentro do campo científico e a necessidade de compreensão mais profunda dessa relação entre *político* e *religioso* levaram-no, inclusive, à proposta de criação de uma disciplina científica específica – a politologia da religião ou ciência política da religião (Jevtic, 2007, pp. 59-65).

Esse crescimento ou entusiasmo científico não teve, porém, grande expressão prática. O trabalho quantitativo de Kettel (2012), já analisado, mostra que o aumento foi muito residual. Segundo o estudo, o número de itens primários e secundários cresceu entre 2000-2001 e 2008-2010 apenas $\frac{1}{4}$ de 1% (de 2,34% para 2,58%), enquanto a diferença entre as publicações de ciência política e sociologia se dilatou. Mas, esta não é única crítica apontada ao atual interesse no *religioso* por parte dos cientistas políticos. Uma delas talvez ajude a explicar as conclusões de Kettel. Segundo Wald e Wilcox (2006, p. 529), o seu presente interesse é prejudicado pelas origens intelectuais da disciplina, pela sua proveniência social e profissional, pelas marcas deixadas através da sua anterior e mais vincada negligência do *religioso* e, como soma de tudo isso, pela pura complexidade de dominar a religião como campo de investigação científica. Outra razão avançada por Fox (2008, p. 31), nomeadamente para justificar a parca utilização da matriz comparativa, é a escassez de dados transnacionais sistemáticos, abrangentes e empíricos sobre o tema. Uma crítica diferente é ainda elaborada por Wald e Wilcox (2006, p. 528). Para os autores, mesmo que a ciência política venha acompanhando mais o *religioso*, a maioria da investigação acerca da influência da religião na política adotou uma perspectiva dos *eventos presentes*, não sendo capaz de estabelecer pontes entre os estudos e as ques-

tões mais amplas que envolvem a disciplina. Como já vimos, Kettel (2012, 10-11) completa essa crítica, afirmando que as publicações que abrangem o *religioso* se focam numa reduzida variedade de matérias. Por fim, Wald e Wilcox (2006, p. 529) afirmam que, se os especialistas continuarem não ligando seus estudos a teorias mais abrangentes de comportamento e mudança política, é provável que a tendência de crescimento da investigação acadêmica sobre o religioso não persista; ou então que se mantenha apenas do interesse de pessoas com fortes valores religiosos (Wald e Wilcox, 2006, p. 528.) Ou seja, como algo irrelevante para os cientistas políticos em geral.

3 PROPOSTA METODOLÓGICA

Para já, não se avançará com uma posição crítica, substancial, acerca dos comentários finais do capítulo anterior. Essa tarefa está guardada para o final do texto, quando analisados os dados empíricos por nós recolhidos. Todavia, de momento, se podem tecer alguns comentários de nível formal.

Pela análise do estado da arte, nos parece que as análises efetuadas, além de muito escassas, se fixam excessivamente no *mainstream* das revistas científicas de ciência política e, consequentemente, nos mesmos contextos religiosos, culturais e políticos. Não obstante se entendam os seus objetivos metodológicos, consideramos que a parca diversidade das fontes tende, invariavelmente, a refletir estes mesmos vieses de ordem social e a apresentar as mesmas conclusões. O foco excessivo nas revistas de topo e a sua elevada concentração, em especial no panorama norte-americano, tem deixado pouco espaço para a análise de outros contextos talvez mais pertinentes cientificamente. Por fim, outra questão que nos parece criticável é a amiúde superficialidade das investigações feitas. Salvo o trabalho de Kettel (2012) que faz a discriminação entre itens primários, secundários e outros ou entre áreas de estudo, as demais não entram em grandes pormenores sobre os artigos analisados. Isto prejudica, fortemente, a inteligibilidade das pesquisas e coloca vários desafios às investigações futuras.

A nossa intenção, nesta fase do trabalho, passa então por resgatar os aspetos positivos das pesquisas efetuadas, construindo nossa proposta de análise a partir delas. Pensamos que o modelo de observação mais sólido cientificamente é o de Kettel, mas também recuperamos elementos do trabalho de Wald e Wilcox (2006), nomeadamente a sua proposta de exame interdisciplinar. Seguimos esses modelos, apresentando, porém, diferentes matizes que julgamos ajudar na obtenção de resultados mais rigorosos.

Respondendo à nossa primeira crítica formal, propõe-se uma análise comparativa mais sensível aos contextos e percursos histórico-culturais de cada país. Contrariamente ao que sucedeu no passado, não se pretende usar um caso específico para, a partir daí, formular generalizações acerca do fenómeno religioso. Pelo contrário, nos despojando de pretensões universalistas, falamos da interação entre ciência política e religião num contexto específico. Estamos de acordo com Warner (2011, p. 4) quando afirma que, “no que concerne à religião (...), o mundo não é plano”. Ou seja, entendemos que a religião atua de maneira assaz diferente em distintos contextos e que isto dificulta a regra do *ceteris paribus* – a constância do nosso objeto de estudo. Por isso, recorreremos ao desenho de investigação dos sistemas mais similares (Porta, 2012 p. 214), no qual comparamos casos que se afiguram, formalmente, o mais semelhante possíveis, maximizando assim as diferenças da nossa amostra. Posto isto, escolhemos analisar seis países europeus, a saber: Áustria, Eslováquia, Espanha, Itália, Polónia e Portugal.

Esta seleção é baseada em três critérios operativos. O primeiro é o documental, se fundando no fato de em todos os países existir, pelo menos, uma revista de ciência política. Temos, com efeito, o *ÖZP - Österreichische Zeitschrift für Politikwissenschaft*; a *SPR - Slovenská politologická revue*; a *RECP - Revista española de ciencia política*; as *Il Mulino: Rivista italiana di scienza politica* e *Il Politico, Rivista italiana di scienze politiche*; as *Athenaeum: Polskie Studia Politologiczne* e *PJPS - The Polish Journal of Political Science*; e as *RCSP - Revista de Ciências Sociais e Políticas* e

RPCP - *Revista Portuguesa de Ciência Política*, respetivamente⁵. Neste critério inicial colocamos ainda duas outras condições para a escolha. A primeira é o fato de todas estas revistas estarem ativas e terem publicações até, pelo menos, 2014. A segunda se prende com a questão linguística, ou seja, todas elas têm de conter artigos com títulos, resumos e palavras-chave em alemão, espanhol, francês, inglês, italiano ou português.

O seguinte é um critério jurídico-político: todos os países têm, formalmente, separação Estado-igrejas. Sem exceção, as relações entre o *temporal* e o *espiritual* se baseiam em princípios de separação, igualdade, neutralidade e aconfessionalidade. Além disso, apresentam uma tipologia de relacionamento Estado-igrejas baseada na separação com lei especial, hierarquização de igrejas e liberdade religiosa⁶.

O derradeiro critério foi a sua condição sócio-religiosa. Não obstante os fenômenos de secularização perceptíveis, foram selecionados apenas países de maioria católica apostólica romana⁷. Mais ainda, os países eleitos apresentam: taxas elevadas de integração em confissões religiosas (média de 88%⁸); tendência para o imobilismo

5 As revistas científicas *Il Politico*, *PJSP* e *RCSP*, mas sobretudo as duas últimas, surgem de forma complementar às revistas de ciência política dos respetivos países a analisar. Esta condição acessória, derivada da escassez de publicações disponíveis ou disponibilizadas, justifica o não total cumprimento do critério cronológico. Por exemplo, da *PJPS* só foram examinadas publicações entre 2013 e 2015; por seu turno, da *RCSP* só nos foram disponibilizados alguns números dos anos de 2011 e 2014.

6 Para mais informações sobre esse complexo modelo, formal, de relações Estado-igrejas, cf. Moniz (2016, pp. 82-84).

7 Apesar de terem sofrido uma diminuição do número de pessoas que se autodenominam *católicas* entre os inícios do século XXI e a década de 2010, a taxa de católicos continua a ser maioritária. De cima para baixo: Polónia 86,7%; Itália 81,2%; Portugal 81,0%; Espanha 71,8%; Eslováquia 62,0%; e Áustria 61,4% (dados dos respetivos institutos nacionais de estatística entre 2010-2015). Cf., respetivamente, “Rocznik statystyczny Rzeczypospolitej Polskiej 2012”, *Warszawa: Zakład Wydawniczw Statystycznych*, p. 212, disponível em <http://stat.gov.pl/>, acesso a 28.04.2016. Cf. “Table: Christian Population as Percentages of Total Population by Country: Italy”, Pew Research Center, 2010, disponível em <http://www.pewforum.org/2011/>, acesso a 28.04.2016. Cf. “XV Recenseamento geral da população, V Recenseamento geral da habitação, Resultados definitivos, Portugal”, Instituto Nacional de Estatística, 2011, p. 530, disponível em <http://censos.ine.pt/>, acesso a 28.04.2016. Cf. “Barómetro de Octubre 2015”, Estudio nº 3114, CIS – Centro de Investigaciones Sociológicas, p. 22, disponível em <http://www.cis.es/>, acesso a 28.04.2016. Cf. “Statistical Yearbook of the Slovak Republic 2014”, VEDA, Publishing House of the Slovak Academy of Sciences, Statistical Office of the Slovak Republic, p. 136., disponível em <http://slovak.statistics.sk/>, acesso a 28.04.2016. Cf. “Kirchliche Statistik der Diözesen Österreichs (Katholiken, Pastoraldaten) für das Jahr 2013”, Katholische Kirche Österreich, 2013, disponível em <http://www.katholisch.at/statistik>, acesso a 28.04.2016.

8 Áustria 83,0%; Eslováquia 80,3%; Espanha 75,9%; Itália 80,6%; Polónia 95,5%; Portugal 87,0%. Cf. EVS (2010): European Values Study 2008, 4th wave. GESIS Data Archive, Colónia, Alemanha, ZA4757 Data File Version 1.1.0 (2010-11-30), doi:10.4232/1.10154, disponível em <http://www.europeanvaluesstudy.eu/>, acesso a 28.04.2016.

religioso (também 88%⁹); frequência mensal relativa a atos religiosos bastante viva (45%¹⁰), apesar de discrepante, em particular durante a infância (75% aproximadamente¹¹); e uma crença em Deus muito presente (média de 86%¹²).

Após a seleção e justificação dos nossos casos de estudo, se decidiu, seguindo as abordagens de Wald e Wilcox (2006) e de Kettel (2012), examinar a topografia da ciência política nesses países. Para isso, procedeu-se a uma análise do conteúdo dos trabalhos publicados em algumas das suas mais relevantes revistas de ciência política, cobrindo um período de seis anos completos, entre os inícios de 2010 e os finais de 2015¹³. Entendemos que os resultados desse exame oferecem uma perspectiva ampla e precisa sobre o empenhamento da disciplina com os assuntos religiosos.

A consulta dos artigos das suas revistas de ciência política foi feita através das páginas virtuais de cada revista¹⁴. Todavia, isso não foi suficiente, nomeadamente no que concerne às revistas portuguesas. Visto que seus números não estão disponíveis virtualmente¹⁵, houve necessidade de pedir o envio dos trabalhos às respetivas direções editoriais. Outra dificuldade, por vezes, encontrada foi a escassez de artigos disponíveis nas revistas *Il Politico*, *PJPS* e *RCSP*. Isto nos obrigou a reforçar o escopo de nossa análise a mais uma revista

9 Áustria 86,2%; Eslováquia 79,3%; Espanha 84,6%; Itália 88,0%; Polónia 96,7%; Portugal 93,5%. *Ibid.*

10 Áustria 28,1%; Eslováquia 48,9%; Espanha 25,7%; Itália 48,4%; Polónia 71,8%; Portugal 47,9%. *Ibid.*

11 Áustria 58,8%; Eslováquia 70,3%; Espanha 64,5%; Itália 87,0%; Polónia 93,6%; Portugal 74,4%. *Ibid.*

12 Áustria 79,6%; Eslováquia 83,8%; Espanha 78,0%; Itália 90,2%; Polónia 96,1%; Portugal 90,6%. *Ibid.*

13 A escolha deste período cronológico se prende com duas questões fundamentais. Por um lado, o fato de este período ter sido profícuo em acontecimentos político-sociais envolvendo a religião (Hehir, 2012; Snyder, 2011); se mantendo, por consequência, como um objeto de estudo atual e desafiante. Por outro lado, o fato de, em alguns dos países selecionados, o estudo formal e organizado da ciência política se ter iniciado só muito recentemente. Por exemplo, em Portugal, a *RPCP* apenas surge em 2010; e na Polónia, a *Athenaeum* só em 2011 inicia atividades e a *PJPS* em 2013 começa com os *working papers* e apenas em 2015 com a publicação de artigos. Relativamente menos recentes são as publicações das *RECP* (1999) e *SPR* (2001). As demais têm passados mais longos. Assim sendo, para se manter a coerência entre os casos de estudo, seria impossível fazer uma sistematização cronológica mais extensa.

14 Cf. <https://oezp.univie.ac.at/>; <http://spr.fsvucm.sk/>; <http://recyt.fecyt.es/>; <http://www-3.unipiv.it/ilpolitico/>; <https://www.rivisteweb.it/doi/10.1426/31669>; http://www.pjps.pl/?page_id=84; <http://www.athenaeum.umk.pl/>; <http://www.observatoriopolitico.pt/revista/>.

15 A *Revista Portuguesa de Ciência Política* apenas tem o seu número 1 disponível na internet.

de cada país¹⁶. Assim incluímos as revistas *Il Mulino*, *Athenaeum* e *RPCP*, respetivamente, no nosso exame.

Em seguida, para limitar a nossa análise a publicações substantivas, se desconsideraram trabalhos pequenos (com máximo de seis páginas), consistindo tipicamente em revisões de livros ou editoriais. Por outro lado, se consideraram todos os artigos principais, dossiês especiais, *working papers* ou notas de investigação com mais de seis páginas. A partir daí, se iniciou a observação do seu conteúdo. Seguindo o modelo de pesquisa de Wald e Wilcox (2006, p. 523), nossa análise foi conduzida inicialmente por meio da utilização de uma lista abrangente de termos religiosos¹⁷. Essa abordagem preliminar nos permitiu detectar e interpretar, de forma mais profunda, os trabalhos que potencialmente tivessem o *religioso* como objeto de estudo direto ou indireto.

Enfim, para fazer face à nossa segunda crítica formal, se codificaram as publicações de acordo com a centralidade dos assuntos religiosos no conteúdo de seus títulos, resumos e palavras-chave. Assim sendo, os trabalhos que tratam o *religioso* como um dos seus objetos de análise principal, utilizando os termos religiosos de forma analítica, foram codificadas como UP - Unidades Primárias. Por seu turno, publicações que trabalham com o *religioso* de forma indireta, como parte acessória do seu estudo, utilizando os termos religiosos de forma meramente descritiva, ou como mais uma variável explicativa entre outras foram codificadas como US - Unidades Secundárias. Aqueles que não entram em qualquer das duas categorias supracitadas não foram, portanto, considerados como trabalhos que abranjam a dimensão religiosa. Na maior parte dos casos estas distinções são claras. Todavia, como explica Kettel (2012, p. 5), “por vezes, um certo grau de interpretação subjetiva é necessário”.

16 No caso português, dado o parco número de artigos que nos foi disponibilizado pela RCSP e o baixo volume de publicações da RPCP, se decidiu ainda incorporar os *working papers* do Observatório Político – centro de investigação associado à RPCP.

17 Foram procuradas as seguintes palavras primitivas e suas derivadas: ateísmo, bahá'í, budismo, católico, confucionismo, crença, Cristo, espiritismo, evangélico, evangelização, fé, hindu, igreja, Inquisição, irreligiosidade, islão, *jihad*, judaísmo, laicidade, mesquita, muçulmano, ortodoxo, pentecostal, protestante, religião, secularização, semitismo, taoísmo e templo.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A amostra recolhida a partir das nove revistas de ciência política, por nós consultadas, produziu um total de 695 publicações. Deste conjunto, 22 trabalhos, abrangendo diretamente o *religioso* como um dos temas principais de análise, foram codificados como UP. Isto resulta numa média aproximada de 3,17%¹⁸ ou, dito de outro modo, uma UP por cada 31,6 publicações. Além disso, mais 12 artigos, lidando com assuntos religiosos como matéria secundária, foram codificados como US. Assim sendo, do total da amostra examinada, 34 trabalhos foram codificados como tendo algum envolvimento com questões religiosas. Este número representa uma taxa média de 4,89% ou de um artigo por cada 20,44 publicações em ciência política nos países selecionados.

A revista com a proporção mais elevada de UP codificadas é a ÖZP, com nove artigos de um total de 120, produzindo uma média de 7,50%. Esta percentagem é, aliás, muito maior do que a apresentada por qualquer outra das revistas analisadas. Todavia, este número é inflacionado pela existência de um dossiê sobre judaísmo, antissemitismo e política que contribui com um subtotal de seis artigos¹⁹. Deste modo, a revista de ciência política que, não possuindo caderno especial, apresenta mais UP codificadas é a RECP. Nela se encontram, entre 2010 e 2015, cinco artigos que representam uma média de 4,46% do total de publicações. Acrescenta-se ainda que cinco revistas – mais de metade da amostra – não apresentam qualquer UP ou não ultrapassam a barreira dos 2% de média²⁰. Coincidentemente, a revista que mais UP e US codificadas possui é a ÖZP, com dez artigos, ou seja, uma percentagem de 8,33. Contudo, se excluirmos o seu número sobre antissemitismo, ela deixa de ser a mais representativa²¹. No seu lugar surge a SPR com um número total de seis

¹⁸ Os valores apresentados foram sempre arredondados, para cima, às duas casas decimais.

¹⁹ Este dossiê foi publicado no n.º 4 de 2010 da ÖZP, sobre o mote “Antisemitismus und die Transformation des Nationalen”. Sem os artigos aí publicados, a ÖZP apresenta números mais modestos: três UP codificadas que representam apenas 2,50% do total das publicações.

²⁰ Relativamente às RCSP e PJPS estes dados não surpreendem, por conta do que já foi dito na nota de rodapé 5.

²¹ Sem o caderno especial, o número de publicações codificadas como UP e US passa para quatro, i.e., uma média de apenas 3,33%. Este número especial da ÖZP tem um grande peso nos resultados

publicações codificadas como UP ou US. Tendo em conta o total de trabalhos analisados, elas representam uma taxa média de 6,90%. Apenas duas revistas não apresentam qualquer UP ou US codificadas ou exibem uma média inferior a 3%. Estes dados podem ser consultados com mais pormenor na tabela 1.

Tabela 1: Registos de UP e US das revistas de ciência política analisadas

Título	Número	UP e US	UP	% UP e US	% UP
<i>Athenaeum</i>	64	2	1	3,13	1,56
<i>Il Mulino</i>	79	1	1	1,27	1,27
<i>Il Politico</i>	53	3	1	5,66	1,89
ÖZP	120	10	9	8,33	7,50
PJPS	32	1	0	3,13	0,00
RCSP	19	0	0	0,00	0,00
RECP	112	7	5	6,25	4,46
RPCP	129	4	3	3,10	2,33
SPR	87	6	2	6,90	2,30

Com efeito, por si só, estes dados não parecem muito elucidativos. No entanto, se se recordarem as conclusões de Philpott (2002), Wald e Wilcox (2006) e Kettel (2012) os dados se tornam mais informativos. Comparativamente ao estudo dos primeiros autores, nossos resultados mostram que, nos países selecionados, a disciplina tem publicado a uma média anual de 5,67 artigos com conteúdos religiosos. Ou seja, mais de 1600%²² do que Wald e Wilcox observaram. Com respeito ao seu estudo, Philpott descobriu que apenas 0,38%²³ dos artigos publicados em revistas de política global abordam a questão religiosa. Ora, à exceção da RCSP, essa percentagem é muito inferior a qualquer uma das revistas analisadas e é cerca de 1200% menor do que a média de UP e US codificadas na nossa in-

finais que se analisarão. A sua relevância parece criar uma artificialidade em algumas das conclusões que serão avançadas, nomeadamente se se observar mais a fundo o conteúdo das demais publicações, como faremos adiante. Por este motivo, ao longo do trabalho, se apresentarão dois resultados – um considerando o caderno sobre judaísmo e antissemitismo e outro não o fazendo.

²² Wald e Wilcox, mesmo considerando artigos em que os assuntos religiosos têm um papel secundário, concluem que a APSR publica um artigo sobre religião a cada três anos. Isto dá 0,33 publicações ao ano. Tendo como referência o número de publicações anuais do nosso estudo, foi aplicada uma regra de três simples que nos permitiu alcançar a percentagem de 1618,18.

²³ Philpott (2002, p. 69) observou que apenas seis em 1.600 artigos tratavam do religioso.

investigação²⁴. Por fim, Kettel apresenta porcentagens de 1,34 e 2,54, respectivamente, para as UP e US do seu estudo. As nossas descobertas mostram que a ciência política não parece ter sido tão negligente. Com efeito, o nosso estudo revela aumentos de 136% ao nível das UP e de 92% e ao nível das UP e US conjugadas, relativamente aos números apresentados por Kettel²⁵.

O recurso à matriz comparativa confere maior solidez às nossas conclusões que, aparentemente, apontam para um crescimento da sensibilidade dos cientistas políticos sobre os assuntos religiosos. Contudo, estas descobertas se afiguram redutoras quando comparadas apenas com três estudos científicos. Ou seja, nossos números são altos relativamente ao estado da arte, mas, se mudarmos a lente comparativa, continuarão parecendo altos? Por exemplo, por relação a outros temas de investigação dentro da disciplina, o interesse no *religioso* continuará se afigurando relevante?

Como a nossa última inquietação científica denuncia uma forma de responder a essas questões pode ser através da comparação entre publicações de ciência política que abordem assuntos religiosos e outros temas de investigação. No entanto, como Kettel (2012, p. 9) alerta, a tentativa de classificar as publicações em termos do seu tema principal “se baseia num grau de subjetividade e interpretação maior do que um simples esquema de codificação primário/secundário”. Muitos desafios surgem ao longo desta nossa etapa de classificação temática, nomeadamente por conta do cruzamento de matérias. Assim sendo, para minimizar a subjetividade da análise, optou-se por enquadrar cada publicação dentro do seu objeto de estudo principal. Acreditamos que, não obstante as dificuldades, os resultados oferecem uma taxonomia esclarecedora acerca dos principais temas dentro da ciência política. Para o ilustrar, foram escolhidas as três revistas nas quais o *religioso* surge mais representado, de modo a entender melhor qual a sua representatividade mesmo em *condições favoráveis*.

A primeira delas foi a ÖZP, a mais cotada ao nível de UP e US codificadas. Nesta revista, as publicações sobre *assuntos religio-*

24 Tendo como base a nossa média de UP e US (4,89%) e aplicando uma regra de três simples, a percentagem exata é de 1186,84.

25 Os valores exatos são de 136,57% e de 92,52%.

os se encontram em terceiro lugar, com dez publicações (8,33%). O tema geral que surge mais frequentemente é *democracia e processos deliberativos* com 16 publicações (13,33%). O segundo com maior incidência é *debates sobre a academia e/ou metodologias científicas* com 14 (11,67%). Completando os cinco primeiros lugares, encontram-se trabalhos sobre *migrações e deportações* e sobre *eleições e o sistema eleitoral* com 8 artigos cada (6,67%). Todavia, se não contarmos com o supracitado dossiê sobre antissemitismo, só existem quatro artigos sobre o *religioso* (3,33%) e no top cinco da revista surgiriam, então, temas como *liderança política* e *filosofia política*, cada um com sete artigos (5,83%).

Na segunda revista com maior proporção de UP e US codificadas, as publicações sobre o *religioso* se encontram numa posição mais baixa, comparativamente à ÖZP. Com efeito, na SPR o tema *partidos e movimentos políticos* tem a maior incidência, com 12 publicações (13,80%). Depois, encontram-se *eleições e sistema eleitoral* e *desenvolvimento e economia* com nove (10,35%), respetivamente; questões sobre *identidade* com oito (9,20%); e no quinto lugar, *ex aequo*, os *assuntos religiosos* e a *filosofia política* com seis trabalhos cada um (6,90%).

A RECP é a terceira revista com maior proporção de UP e US codificadas, mas, nem por isso, os assuntos religiosos surgem pior classificados. Destacadamente no topo, descobre-se o tema *eleições e sistema eleitoral* com 21 publicações (18,75%). A seguir, *democracia e processos deliberativos* com 11 (9,82%); *partidos e movimentos políticos* com oito (7,14%); no quarto lugar, *ex aequo*, os *assuntos religiosos* e *terrorismo, conflito e paz*, cada um com menos uma publicação (6,25%); fechando os cinco primeiros lugares, foram achados os temas *filosofia política* e *gênero e políticas de gênero* com seis (5,36%), respetivamente.

A análise apenas das revistas nas quais o *religioso* tem maior representatividade nos permitiu concluir que numa delas (a ÖZP) os assuntos religiosos emergem nos três primeiros lugares classificativos; mas também que o tema surge, em todas sem exceção, nas cinco primeiras posições. Todavia, se mudarmos novamente a nossa lente analítica, essa aparente maior atenção da ciência política ao fenómeno religioso parecerá relativa.

Como visto, o critério usado para definir as nossas UP ou US foi, grosso modo, o fato de as publicações terem o *religioso* como um dos seus objetos de estudo direto ou indireto, respetivamente. Porém, mesmo no caso das UP codificadas, isso não significa dizer que a religião seja o principal tema da publicação. Ou seja, quando examinadas mais finamente, nota-se que algumas das nossas UP ou US codificadas dificilmente seriam colocadas no tema geral *assuntos religiosos* antes de qualquer outro. Por exemplo, na ÖZP pelo menos dois artigos *religiosos* se deveriam enquadrar no tema do *antipluralismo*; na SPR quatro publicações *religiosas* seriam recolocadas nos temas: *liberalismo*; *identidade e integração social e política*; por fim, na RECP dois trabalhos passariam para as categorias *democracia e processos deliberativos* e *integração social e política*. Isto influenciaria negativamente e fortemente a representatividade da religião nos estudos da disciplina. A título exemplificativo, na ÖZP corresponderia a uma diminuição de quase 20%; na SPR o decréscimo seria exatamente de 200%, incluindo um tombo da quinta para a oitava posição na classificação geral de temas; enfim, na RECP esta descida seria de aproximadamente 30%, acrescentando a queda da quarta para a sexta posição na tabela²⁶. Contudo, para efeitos de coerência e operacionalidade do nosso estudo, devemos seguir o modelo de UP e US.

Para se entender melhor este último ponto e se assegurar o máximo rigor epistemológico, todas as UP e US codificadas foram organizadas de acordo com o seu principal tópico religioso e com as suas subáreas disciplinares.

Por um lado, observou-se um elevado nível de concentração temática. Se analisarmos apenas as UP, se nota que só existem, praticamente, quatro temas gerais a serem abordados: *islão, conflito e terrorismo*²⁷ com oito publicações (36,36%); *judaísmo e antisemitismo* com sete (31,82%); *(pós)secularização*²⁸ com quatro (18,18%) e *cris-*

26 Tendo como base a média de UP e US (8,33%) da ÖZP e considerando a nova média provocada pela perda dos dois artigos (6,67%), se aplicou uma regra de três simples que deu a percentagem exata de 19,93. O mesmo foi feito com as publicações da SPR (de 6,90% para 2,30%) e da RECP (de 6,25% para 4,46%) e se alcançaram os valores finais de 200% e 28,64%, relativos a cada uma.

27 Não temos qualquer intenção de associar islão e conflito ou terrorismo. Apenas se colocaram estes subtemas juntos, porque, de todas as publicações analisadas que falam de terrorismo, violência ou conflito (subtotal de sete), somente um trabalho não coloca o islão num lugar de destaque.

28 Destes quatro artigos sobre (pós)secularização, metade foi redigida pelo autor deste trabalho.

tianismo com dois (9,10%). Se se juntarem às UP as US codificadas se vê, principalmente, um acentuar da diferença entre o *tema islão, conflito e terrorismo* e os demais. Este tópico passa a deter 14,5²⁹ publicações que representam mais de 42% da amostra. Se não se considerar o caderno especial da ÖZP, o número de tópicos de estudo é ainda mais exclusivo e as suas diferenças percentuais maiores. Por exemplo, considerando apenas as UP codificadas o tema *islão, conflito e terrorismo* passaria a representar exatamente metade das publicações e os assuntos sobre *(pós)secularização e cristianismo* 25% e 12,5% do total, respetivamente³⁰.

Concomitantemente, o processo de classificação das publicações, de acordo com a sua subárea científica, exhibe uma tendência para a elevada concentração. Seguindo o modelo de Kettel (2012, p. 11), estabeleceram-se oito subáreas da ciência política³¹ que, apesar de não serem incontestáveis – visto que a subcategorização não impede certos trabalhos de entrarem em mais do que uma categoria –, nos ofereceram as condições suficientes para a análise deste fenómeno de convergência. Com efeito, considerando tanto UP como US codificadas, o campo da teoria política (uma subárea ampla, incluindo, essencialmente, as dimensões conceptual e analítica da ciência política) surge destacadamente dos demais, com 18 publicações. Ou seja, mais de metade do total dos trabalhos examinados. Em seguida, apesar de muito atrás da primeira, se encontram as relações internacionais com seis (17,65%), o comportamento político (categoria que inclui, entre outros, os comportamentos eleitorais, as questões de identidade e a opinião pública) com cinco (14,71%) e, já distante, a política comparada com dois (5,88%). As restantes quatro subáreas têm valores muito residuais (abaixo dos 3%) ou não apresentam qualquer ocorrência. Os detalhes destas análises podem ser consultados nas tabelas 2 e 3.

29 Os valores de 0,5 surgem, porque, por vezes, na mesma publicação, os autores trabalham com dois dos nossos tópicos *religiosos* de análise.

30 Se contássemos com UP e US codificadas, os resultados finais seriam: *islão, conflito e terrorismo*, 14,5 publicações (51,79%) e *(pós)secularização, cristianismo e outros temas*, cada um com quatro trabalhos (14,29%). O tema do judaísmo e antisemitismo surgiria apenas com 1,5 publicações, correspondentes a 5,36%.

31 Ver tabela 3.

Tabela 2: Tópicos das UP e US das revistas de ciência política analisadas

Tema	UP e US	UP	% UP e US	% UP
Cristianismo	4	2	11,77	9,10
Islão, conflito e terrorismo	14,5	8	42,65	36,36
Judaísmo e antissemitismo	7,5	7	22,06	31,82
Outros	4	1	11,77	4,55
(Pós)Secularização	4	4	11,77	18,18

Tabela 3: Subáreas das UP e US das revistas de ciência política analisadas

Tema	UP e US	UP	% UP e US	% UP
Comportamento político	5	3	14,71	13,64
Economia política	0	0	0,00	0,00
Instituições políticas	1	1	2,94	4,55
Metodologia política	1	1	2,94	4,55
Política comparada	2	2	5,88	9,1
Política pública	1	1	2,94	4,55
Relações internacionais	6	2	17,65	9,1
Teoria política	18	12	52,94	54,55

Um outro método que Kettel (2012, p. 13) adjectiva de “útil”, para se entender a relação da ciência política com os assuntos religiosos, é a sua comparação com outras ciências sociais³². Como citado, Kettel (*ibid.*) sublinha o papel da sociologia neste campo, porquanto é “a disciplina das ciências sociais que mais ativamente se envolveu no estudo da religião”. Todavia, consideramos que a área das relações internacionais – pelo crescimento dos fenômenos mundiais que

32 No seu estudo, Kettel (2012, pp. 19-23) propõe uma análise sistemática dos dados recolhidos. Todavia, por conta dos constrangimentos citados na nota de rodapé 13, um exame da evolução das publicações da ciência política ao longo do tempo se afigura difícil. Ainda assim, apresentamos alguns dos resultados mais relevantes da nossa análise neste campo. Antes de mais, se estabeleceram dois períodos de observação, os triénios 2010-2012 e 2013-15. Depois descobrimos que houve 14 UP codificadas no primeiro momento e oito no segundo. Ou seja, uma evolução negativa de -57,14%. Ao se considerar tanto as UP como as US codificadas, foram encontrados 18 trabalhos no primeiro período e 16 no outro. Não obstante a aproximação entre os dois momentos cronológicos, persiste a evolução negativa entre eles (-11,11%). Se não se considerarem os artigos do caderno especial da ÔZT, um resultado diferente seria obtido. O número de UP e US codificadas em 2013-2015 se manteria, mas o de 2010-2012 diminuiria para 12 publicações. Isto é, teríamos uma evolução positiva de 33,33%. Este registo vai mais ao encontro das descobertas de Kettel (2012, pp. 20-21). O autor verifica um crescimento regular, tanto no número de unidades como no valor relativo das UP, entre os quatro períodos temporais da sua análise.

envolvem o *religioso* (Hehir, 2012; Huntington, 1996; Kepel, 1991; Snyder, 2011) e pelo fato de, segundo Philpott (2002, p. 69), a academia da disciplina ser “de fato secularizada”, tal como a ciência política – oferecerá outra boa análise comparativa.

Para esse exame, contrariamente ao que sucedeu quando se investigaram as temáticas mais frequentes em ciência política – onde selecionámos as revistas com maior número de UP e US codificadas –, foram escolhidas revistas do mesmo país no qual a ciência política parece ter estado menos atenta ao *religioso*. Não obstante usemos uma metodologia diferente, o objetivo é o mesmo; i.e., comparar o comparável, maximizando as diferenças existentes na nossa amostra. Assim sendo, selecionámos as revistas portuguesas de ciência política RCSP e RPCP e examinámos três das mais reputadas revistas lusas de sociologia e ciências sociais e de relações internacionais, respetivamente. Dentro do campo das revistas de sociologia e ciências sociais, escolhemos a *Análise Social*, o *PJSS - Portuguese Journal of Social Science* e a *RCCS - Revista Crítica de Ciências Sociais*³³. Nas relações internacionais optámos pelas *Janus - e-journal of International Relations*, *Lusíada. Política Internacional e Segurança* e *RI - Relações Internacionais*³⁴. Para efeitos comparativos, foi aplicada a mesma cronologia, critérios de seleção e metodologia usados com as publicações de ciência política. Podemos consultar os resultados globais na tabela 4.

A análise das três revistas de sociologia e ciências sociais produziu um total de 421 publicações, das quais 14 foram codificadas como UP, representando uma média de 3,33%. O total combinado de UP e US codificadas foi de 19, i.e., 4,51% do total dos trabalhos publicados. Por relação às RCSP e RPCP que apresentaram 2,03% de UP codificadas e 2,70% de UP e US combinadas, o resultado dessas revistas de sociologia e ciências sociais é mais elevado 64% só em UP e mais 67% em UP e US³⁵.

Por seu turno, a investigação levada a cabo nas revistas de relações internacionais produziu um número total de 336 publicações,

33 Cf. <http://analisesocial.ics.ul.pt/>; <http://pjss.iscte-iul.pt/>; www.ces.uc.pt/rccs/.

34 Cf. <http://www.janusonline.pt/>; <http://revistas.lis.ulusiada.pt/>; <http://www.ipri.pt/>.

35 Os valores exatos são de 64,04% e de 67,04%.

tendo sido nove delas codificadas como UP (2,68%). A combinação das duas unidades deu um subtotal de 13 trabalhos, ou seja, uma média de 3,87%. Apesar desses números serem mais modestos dos que os das revistas de sociologia e ciências sociais analisadas, continuam a ser superiores aos das revistas de ciência política portuguesa. Por relação às UP codificadas o número é maior em 32% e, quando consideradas as UP e US, o volume é 43% superior³⁶.

Se analisadas individualmente, metade destas seis revistas de sociologia e ciências sociais e de relações internacionais – *Janus*, PJSS e RI – ficaria atrás da RPCP em termos de UP e US codificadas. Se comparadas com todas as revistas de ciência política dos países selecionados, também só três entrariam nos dez primeiros lugares da tabela de UP e US – *Lusíada*, em segundo lugar; a *Análise Social*, em quarto; e a RCCS, em sétimo. Mas, se restringíssemos o exame apenas às UP codificadas, todas as publicações das revistas de sociologia e ciências sociais e de relações internacionais entrariam nos dez primeiros postos – *Análise Social*, em segundo lugar; a *Lusíada* em quarto; a RCCS, em quinto; a RI, em sexto e o PJSS em décimo –, à exceção da *Janus*. Enfim, se observássemos ainda os totais acumulados das três disciplinas, concluiríamos que qualquer uma delas estaria fora dos primeiros seis lugares – ciência política em sétimo, sociologia e ciências sociais em oitavo e as relações internacionais em décimo.

Tabela 4: Registos de UP e US das revistas de sociologia e ciências sociais e de relações internacionais portuguesas.

Título	Número	UP e US	UP	% UP e US	% UP
<i>Análise Social</i>	166	11	8	6,63	4,82
PJSS	163	4	3	2,45	1,84
RCCS	92	4	3	4,35	3,26
<i>Janus</i>	61	1	1	1,64	1,64
<i>Lusíada</i>	73	6	3	8,22	4,11
RI	202	6	5	2,97	2,48

O que se afigura mais surpreendente, à luz da nossa investigação e tendo em conta as conclusões de Kettel (2012) e de Wald e Wilcox (2006), é que, quando comparada globalmente, a ciência política é a dis-

³⁶ Os valores exatos são de 32,02% e de 43,33%.

ciplina que maior atenção dá ao fenômeno religioso. Todavia, mesmo não querendo subvalorizar o interesse científico desta descoberta, parece inevitável questioná-la. Efetivamente, na tabela 5 (tal como indicado) quando se falou de ciência política, nos referimos à disciplina dentro dos seis países analisados; porém, quando tratamos de sociologia e ciências sociais e de relações internacionais, nos reportamos apenas à investigação dentro do contexto português. Fugir à nossa metodologia de investigação, dos sistemas mais similares, dificulta a constância do objeto de estudo. As conclusões são diferentes quando comparados contextos científicos distintos ou similares. No primeiro caso, o estudo do *religioso* pela ciência política parece escrupuloso; enquanto no segundo, pela observação exclusiva das revistas portuguesas, a ciência política parece algo negligente. No entanto, entendemos que as várias perspectivas são de interesse científico, porquanto desafiam as anteriores investigações na área e estimulam as futuras.

Tabela 5: Registo de UP e US de todas as revistas e disciplinas analisadas (ordenado por % de UP e US codificadas)

Título	Número	UP e US	UP	% UP e US	% UP
ÖZP	120	10	9	8,33	7,50
<i>Lusíada</i>	73	6	3	8,22	4,11
SPR	87	6	2	6,90	2,30
<i>Análise Social</i>	166	11	8	6,63	4,82
RECP	112	7	5	6,25	4,46
<i>Il Politico</i>	53	3	1	5,66	1,89
CIÊNCIA POLÍTICA (de todos os países)	695	22	12	4,89	3,17
SOCIOLOGIA (portuguesa)	421	19	14	4,51	3,33
RCCS	92	4	3	4,35	3,26
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (portuguesas)	336	13	9	3,87	2,68
PJPS	32	1	0	3,13	0,00
<i>Athenaeum</i>	64	2	1	3,13	1,56
RPCP	129	4	3	3,10	2,33
RI	202	6	5	2,97	2,48
PISS	163	4	3	2,45	1,84
<i>Janus</i>	61	1	1	1,64	1,64
<i>Il Mulino</i>	79	1	1	1,27	1,27
RCSP	19	0	0	0,00	0,00

Finalmente, tendo em conta que a condição sócio-religiosa foi um dos critérios de seleção dos casos de estudo, propomos um modelo de regressão linear entre o nível de religiosidade de cada país e o número de UP e US codificadas. Para isso, recorremos aos resultados do ESS - European Social Survey (2012) e do EVS - European Values Study (2008)³⁷ e, seguindo o modelo de Huber e Huber (2012), foram estabelecidos cinco dimensões de análise do *religioso*, a saber: prática pública, prática privada, experiência, ideológica e intelectual³⁸. A soma normalizada (escala de um a dez, sendo um pouco religioso e dez muito religioso) dos valores percentuais de cada país deu as seguintes médias: Áustria, 3,19; Eslováquia, 6,32; Espanha, 2,57; Itália, 6,88; Polónia, 9,03; e Portugal, 6,20³⁹. Para se entender a relação do número de publicações UP e US codificadas com os níveis de religiosidade, recorremos a uma análise de regressão linear simples. Apesar de os resultados serem apenas moderados estatisticamente, visto que apenas pouco mais de 50% da variável religiosidade consegue explicar a variação nas UP e US codificadas⁴⁰, a observação do gráfico 1 nos permitiu identificar um padrão. Nos países menos religiosos o volume de publicações é mais elevado e, consequentemente, o número de publicações é mais baixo nos países mais religiosos. Por um lado, isso parece paradoxal, pois a nossa

37 Cf. <http://www.europeansocialsurvey.org/>; <http://www.gesis.org/en/services/data-analysis/survey-data/european-values-study/>.

38 Na *prática pública* foram incluídas as dimensões da frequência aos serviços religiosos enquanto adultos e enquanto jovens; na *privada*, a frequência das práticas de oração, meditação ou contemplação individual; na *experiência*, nos referimos à expectativa social de que os indivíduos religiosos possuem algum tipo de contacto direto com uma realidade divina que os afeta emocionalmente; na *ideológica*, foram analisadas as dimensões concernentes à existência e à essência duma realidade transcendente e à sua relação com a humanidade; enfim, na *intelectual*, se considerou o conhecimento dos indivíduos sobre a religião, como algo que pudesse explicar as suas perspetivas acerca da transcendência.

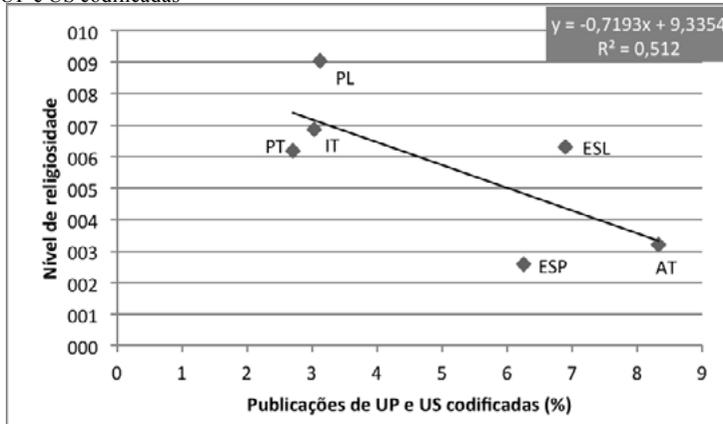
39 Os valores de cada uma das dimensões, por país, foram os seguintes: *prática pública* – Áustria, 1,50; Eslováquia, 5,50; Espanha, 3,00; Itália, 6,50; Polónia, 9,50; e Portugal, 5,00 –; *prática privada* – Áustria, 2,00; Eslováquia, 6,00; Espanha, 2,67; Itália, 6,67; Polónia, 9,67; e Portugal, 6,00 –; *intelectual* – Áustria, 4,75; Eslováquia, 7,00; Espanha, 1,50; Itália, 7,25; Polónia, 9,00; e Portugal, 6,50 –; *ideológica* – Áustria, 2,90; Eslováquia, 6,90; Espanha, 2,30; Itália, 6,80; Polónia, 9,20; e Portugal, 5,90; e, finalmente na *experiência* – Áustria, 4,80; Eslováquia, 6,20; Espanha, 3,40; Itália, 7,20; Polónia, 7,80; e Portugal, 7,60.

40 O cálculo do R², cuja equação se pode ver no gráfico 1, deu um resultado de 0,51, correspondendo a um valor dito aceitável estatisticamente. Todavia, o seu valor-p (1,1) fica um pouco acima daquilo que se convencionou chamar de evidência sugestiva (até 1,0). O erro padrão está também num valor mais ou menos razoável (1,89). Para uma análise mais profunda sobre estas questões, sugerimos a consulta de três manuscritos: Gary King, “How Not to Lie with Statistics: Avoiding Common Mistakes in Quantitative Political Science”, 1986; Nathaniel Beck, “Making regression and related output more helpful to users”, 2010; e Alan Agresti e Barbara Finlay, *Statistical Methods for Social Sciences*, 2014.

intuição diria que nos casos em que o fenômeno religioso estivesse mais presente, maior seria a sensibilidade ou o zelo dos cientistas políticos (mesmo que não fossem religiosos) para analisar o seu meio. Por outro lado, isso pode não ser tão ambíguo se for considerada a seguinte hipótese: nos países menos religiosos a menor constância da religião pode transformar qualquer evento social ou político que a envolva em algo *extraordinário*, chamando mais a sua atenção enquanto objeto de estudo. Um caso que parece contradizer essa tendência é o eslovaco, pois estamos na presença do terceiro país mais religioso e do segundo mais forte ao nível das UP e US codificadas. Se retirássemos a Eslováquia da nossa análise regressiva, a capacidade de predição da variável independente *religiosidade* face à sua dependente *publicações* de UP e US seria de quase 70%, algo que já denunciaria uma relação forte entre ambas⁴¹.

Estes dados, não obstante imperfeitos estatisticamente, como sublinhado, parecem lançar pistas de investigação interessantes para os futuros pesquisadores. Com efeito, a aparente maior negligência, por relação aos assuntos religiosos, dos cientistas políticos em países onde a dimensão subjetiva da religião parece mais forte, é um campo de análise que merece atenção e um espaço próprio de discussão. Todavia, por imperativos de sistematização, não nos dedicaremos a esse exame.

Gráfico 1: Regressão linear da religiosidade por relação ao número de publicações de UP e US codificadas



41 Neste caso, o valor do R² fica nos 0,69. Além deste melhor registo de predição da variação entre as variáveis em análise, a retirada da Eslováquia também favorece os nossos valor-p (0,08) e erro padrão (1,60).

5 CONCLUSÃO

Se referindo à teoria da secularização, Smith (2003, p. 1), recorda que a história é escrita pelos vencedores. A *revolução secular*, incitada nessa crônica dos acontecimentos, provoca, segundo o autor, uma profunda revolução cultural que transforma os códigos e as estruturas de pensamento e, conseqüentemente, as expectativas e ações dos indivíduos. Ou seja, isso teria ensinado as nossas sociedades a pensar a irrelevância do *religioso* como um produto natural e inevitável da história.

Essa ideia parece refletir algumas das leituras que foram feitas acerca da socialização dos cientistas políticos e sobre a atitude e agenda seculares que levaram a disciplina a se apartar do estudo dos assuntos religiosos. O ignorar da religião pela ciência política ficou bem vincado ao longo do texto, quando analisámos os argumentos do estado da arte. Wald e Wilcox (2006, p. 523) garantem que a ciência política foi uma das ciências sociais que mais ignorou a religião; Kettel (2012, pp. 2-3) afirma que essa negligência é um bloqueio comum dos acadêmicos envolvidos com a disciplina; Bellin (2008, p. 315) diz que a maioria dos cientistas políticos vê a religião como um tema periférico; Jevtic (2007, p. 62) declara que só muito recentemente emergiu uma intersecção entre religião e política na academia; enquanto Philpott (2009, p. 184) contrapõe que, mesmo atualmente, a ciência política ainda não encontrou o seu rumo investigacional.

Mais cientificamente, Philpott (2002) descobriu que apenas 0,38% dos artigos das revistas de ciência política tratam do *religioso* como um fenômeno influente. Por seu turno, Wald e Wilcox (2006) concluíram que, em mais de quarenta anos, apenas 25 artigos haviam sido publicados na APSR e que, deste total, apenas 20% eram trabalhos de ciência política. Finalmente, Kettel (2012) detectou que porcentagem de publicações da disciplina, nas quais o religioso tem um papel principal ou secundário, se situa entre os 1,34 e os 2,54, respetivamente. Os dois últimos autores ainda verificam que, entre outras coisas, o número médio de trabalhos publicados sobre o tema, nomeadamente em revistas de sociologia, é bastante superior aos da disciplina.

As descobertas feitas por nós, ao longo deste trabalho, corroboram algumas das suas principais teses, mas também trazem novos elementos. Sistematizemos as conclusões à luz do que foi confirmado e do que foi refutado, relativamente ao estado da arte.

- O estado da arte defende que a Europa, sobretudo a Ocidental, é o coração da secularização e que, como tal, o fenómeno religioso tem menos espaço aí do que em qualquer outra parte do mundo. Todavia, contrariamente às conclusões de Kettel, Philpott e Wald e Wilcox, baseadas exclusiva ou maioritariamente em revistas norte-americanas, os periódicos europeus examinados oferecem mais espaço ao fenómeno religioso. Além disso, das revistas analisadas, aquelas que têm mais UP codificadas são da Europa Ocidental – a ÖZP, a RECP e a RCP.
- O estado da arte situa a negligência da ciência política face ao estudo da religião entre os 97,46% e os 99,62%. As nossas previsões não são tão negativas. Observamos que essa incúria se situa apenas entre os 95,11% e os 96,83%. A diferença pode não parecer muito significativa, mas é. Ela mostra que a disciplina tem publicado, no total, quase mais de 1200% do que Philpott havia descoberto, apresentando uma média de 5,67 trabalhos com conteúdos religiosos ao ano, i.e., um aumento 1850% face aos números de Wald e Wilcox. Além disso, relativamente ao trabalho de Kettel e às UP e US codificadas, as nossas descobertas apontam para aumentos a rondar os 92% e os 136%.
- O estado da arte declara que, dentro da ciência política, os assuntos religiosos eram um tema de pouco interesse, perdendo, sistematicamente, para outros como democracia, eleições, partidos políticos ou guerra, conflito e terrorismo. A nossa leitura das revistas com mais publicações sobre o *religioso* aponta no mesmo sentido. Todavia, estas conclusões mostram que, em todas as revistas, os assuntos religiosos têm espaço nos cinco primeiros

lugares da classificação temática. Por vezes, à frente de temas como sistemas políticos, políticas públicas, migrações ou ambiente e desenvolvimento sustentável.

- O estado da arte aponta para uma concentração temática e disciplinar da ciência política. O nosso estudo comprovou isso, nomeadamente em torno das questões sobre islão, conflito e terrorismo. Esta convergência é ainda maior em termos de subárea científica. Chegamos à conclusão que mais de metade dos trabalhos sobre o *religioso* se aglomera na subárea da teoria política.
- O estado da arte diz que, comparativamente às publicações de sociologia, as revistas de ciência política produzem poucas reflexões e poucos conteúdos sobre os assuntos religiosos. Quando analisadas apenas à luz dos periódicos portugueses de sociologia e ciências sociais e de relações internacionais, isso se comprovou. No entanto, quando analisamos esse conjunto de revistas lusas à luz do nosso escopo de análise europeu, verificou-se que os periódicos da disciplina produzem mais 8,43% de publicações do que as revistas de sociologia e ciências sociais e mais 26,36% do que as de relações internacionais.
- O estado da arte não analisa a possível relação entre os níveis de religiosidade individual de cada país e o número de publicações sobre assuntos religiosos. A nossa investigação verificou que, nos casos de estudo, a religiosidade pode explicar a variação nas UP e US codificadas entre 50% a 70%, havendo uma tendência para a concentração de publicações sobre religião em países menos religiosos.

As principais conclusões da nossa pesquisa, quer estejam mais ou menos de acordo com o que o estado da arte estabelece, devem ser entendidas, acima de tudo, como uma contribuição epistemológica e metodológica. Consideramos que a nossa proposta investigacional e as suas descobertas, aliadas à escassez de trabalhos na área e à falta de inovação nas metodologias aplicadas, abrem no-

vas possibilidades de investigação na ciência política. Falamos, por exemplo, de novos modelos comparativos (entre países cristãos, hindus ou muçulmanos) ou metodológicos (usar estratégias de análise mais eficientes como o desenho de investigação dos sistemas mais similares); ou da introdução de novas variáveis de análise (além da questão da religiosidade que nos parece incontornável, investigar outros fatores que podem ter interferência na variação de publicações sobre assuntos religiosos).

Acima de tudo, entendemos que esse exercício de autorreflexão disciplinar é valioso no nosso estudo, como no de qualquer outra disciplina. A sua natureza ativa, persistente e cuidadosa e o seu espírito crítico nos oferecem uma lente de observação científica que amplia o significado da ciência política e aperfeiçoa a compreensão dos fenômenos que a envolvem.

REFERÊNCIAS

- BELLIN, E. Faith in politics new trends in the study of religion and politics. *World Politics*. Vol. 60, nº 2, pp. 315-347, 2008.
- BERGER, P. The Deseccularization of the World, a Global Overview. In: BERGER, P. L. (ed.), *The Deseccularization of the World: Resurgent Religion and World Politics*, Michigan: Grand Rapids, 1999, pp. 1-18.
- _____ ; DAVIE, G; FOKAS, E. *Religious America and secular Europe? A theme and variations*. Aldershot: Ashgate, 2008.
- CASANOVA, J. Public Religions Revisited. In: VRIES, H. (ed.), *Religion: Beyond the Concept*. Nova Iorque: Fordham University Press, pp. 101-119, 2008.
- CRICK, B. *American Science of Politics: Its origins and conditions*. Berkeley: University of California Press, 1959.
- DAVIE, G. *Europe the Exceptional case*. Parameters of faith in the modern world. Londres: Darton, Longman & Todd, 2002.
- FOX, J. *A World Survey of Religion and the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

- _____. *An Introduction to Religion and Politics: Theory and Practice*. Londres: Routledge, 2013.
- GORSKI, P.; ALTINORDU, A. After Secularization. *Annu. Rev. Sociol.* Vol. 34, pp. 55–85, 2008.
- HAINZ, M. *In Favour, Against and Beyond Secularization – Contemporary Sociological Disputes on a Core Concept of the Sociology of Religion*, *Conference: EUROJESS*, 2014.
- HEHIR, B. Why Religion? Why Now? In: AAVV (eds.), *Rethinking Religion and World Affairs*. Oxford: Oxford University Press, pp. 15-24, 2012.
- HOBBSAWM, E. *Nations and Nationalism Since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- HUBER, S; HUBER, O. W. *The Centrality of Religiosity Scale (CRS)*. *Religions*. Vol. 3, nº 3, pp. 710-724, 2012.
- HUNTINGTON, S., The Clash of Civilizations? *Foreign Affairs*. Vol. 72, nº 3, pp. 22-49, 1993.
- _____. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1996.
- HURD, E. *The Politics of Secularism in International Relations*. Nova Jérсия: Princeton University Press, 2007.
- JEV TIC, M. Political Science and Religion. *The Politics and Religion Journal*. Nº 1, pp. 59-69, 2007.
- KEPEL, G. *La revanche de Dieu: chrétiens, juifs et musulmans à la reconquête du monde*. Paris: Seuil, 1991.
- KETTEL, S. Has political science ignored religion? *PS: Political Science & Politics*. Vol. 45, nº 1, pp. 1-28, 2012.
- MONIZ, J. B. O financiamento público da religião na Europa católica pós-crise. *Ius Ecclesiae*. Vol. 28, nº 1, pp. 79-112, 2016.
- NORRIS, P; INGLEHART, R. *Sacred and Secular: Religion and Politics Worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- PORTA, D. D.; KEATING, M. Comparative analysis: case-oriented versus variable-oriented research. In: PORTA, D. D.; KEATING, M (eds.), *Approaches and Methodologies in Social Sciences: A pluralist perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 198-222, 2008.

- PHILPOTT, D. The Challenge of September 11 to Secularism in International Relations. *World Politics*. Vol. 55, nº 1, pp. 66-95, 2002.
- _____. Has the study of global politics found religion? *Annu. Rev. Polit. Sci.* Vol. 12, pp. 183-202, 2009.
- ROTHMAN, S.; LICHTER, S. R.; NEVITTE, N. Politics and Professional Advancement Among College Faculty. *The Forum*. Vol. 3, nº 1, pp. 1-16, 2005.
- SHAH, T. *Faith on Fire: the Global Explosion of Political Religion*. Stanford: Hoover Inst. Press, 2011.
- SMITH, C. Introduction: Rethinking the secularization of the American public life. In: SMITH, C. *The Secular Revolution: Power, Interests, and Conflict in the Secularization of American Public Life*. Berkeley: University of California Press. pp. 1-96, 2003.
- SNYDER, J. Introduction. In: SNYDER, J. (ed.), *Religion and International Relations Theory (Religion, Culture and Public Life)*. Nova Iorque: Columbia University Press, pp. 1-23, 2011.
- WALD, K.; D., WILCOX, C. *Getting Religion: Has Political Science Rediscovered the Faith Factor?* *American Political Science Review*. Vol. 100, nº 4, pp. 523-529, 2006.
- WARNER, R. S. The world is not flat: theorizing religion in comparative and historical context. ARDA Guiding Papers, State College, PA: The Association of Religion Data Archives at The Pennsylvania State University, pp. 1-15, 2011.

Recebido: 01/05/2016

Aprovado condicionalmente: 06/09/2016.

Aprovação final: 23/09/2016